8

GOVERNO LOCAL E GOVERNO COOPERATIVO



Porquê um governo cooperativo?

Um sistema de governo descentralizado é definido como um sistema composto por dois ou mais níveis de governo, cada um com poderes sobre diferentes funções e responsabilidades.

Governos diferentes no mesmo nível (por exemplo, diferentes autoridades locais) ou governos em dois ou mais níveis, estão engajados em esforços combinados e individuais para satisfazer as necessidades e as preferências dos cidadãos. Eles devem trabalhar em conjunto em assuntos de interesse comum para assegurar que o governo como um todo cumpra os seus mandatos. Desta forma, relações sólidas dentro de um nível de governo e entre diferentes níveis de governo são cruciais para uma governação eficaz; essa relação vai evoluir quando os governos cooperarem ao invés de competirem entre si.



O que é governo cooperativo?

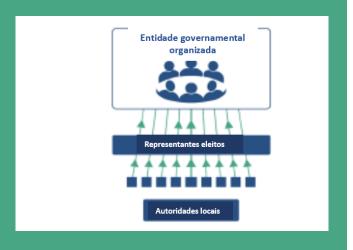
A cooperação pode ser distinguida da supervisão. Com a supervisão, o governo central instrui o governo local sobre o que fazer (Vide Ficha Informativa #7). A cooperação, por outro lado, é onde os dois níveis são considerados iguais, e discutem assuntos de interesse comum. Podem tomar decisões conjuntas por consenso e por consulta. A cooperação é orientada por um conjunto fulcral de princípios. A Constituição da África do Sul expressa isto da seguinte forma – todas as esferas de governo devem "cooperar uns com os outros em confiança mútua e boa fé por meio de:

- estabelecimento de relações amigáveis;
- assistência e apoio mútuos
- informação um com o outro e se consultando sobre assuntos de interesse comum;
- coordenação das suas acções e legislações um com os outros;
- aderência a procedimentos acordados; e
- evitando processos legais uns contra os outros." (s 41)

Quem são os partes envolvidas num governo cooperativo?

 a. O governo local como um colectivo através de um governo local organizado

Os governos locais num país se comprometem melhor com os seus governos centrais como um colectivo através de estruturas governamentais locais organizadas. Várias formas de associações foram estabelecidas para representar os interesses das autoridades locais. As associações são geralmente de natureza voluntária. Em alguns países, existe mais de uma associação, enquanto noutros existe um único organismo para todas as autoridades locais. Ter mais de uma associação resulta frequentemente na fragmentação da voz do governo local.











Um governo local organizado se comunica com o governo central em relação a questões que afectam as autoridades locais: incluindo leis e regulamentos, políticas, finanças, e demarcação de fronteiras locais. Eles também estão envolvidos em iniciativas que procuram desenvolver a capacidade dos seus membros, tais como programas de formação. Governos locais organizados também promovem a cooperação entre os seus membros, bem como com outros actores, incluindo autoridades locais de outros países.

Enquanto um governo local organizado desempenhe um papel importante, a maioria das associações no continente são institucionalmente fracas e não estão em posição de representar eficazmente a voz das autoridades locais. Em parte, isto resulta da falta de reconhecimento constitucional e/ou legislativo. As associações, muitas vezes, não têm recursos suficientes, uma vez que maior parte delas depende das taxas dos membros para executar suas operações.

b. Participação no governo cooperativo como autoridades locais individuais

As autoridades locais também estão individualmente envolvidas na governação cooperativa. Contrariamente a autoridades locais menores, várias grandes cidades têm poder suficiente para se envolverem directamente com o governo central e suas agências. Estas grandes cidades são de importância estratégica para o país, e assim obtêm muitas vezes a oportunidade de prestarem assistência pelos governos centrais que normalmente não são concedidos a autoridades locais menores.

Como é que o governo local se envolve no governo cooperativo?

As autoridades locais se envolvem na governação cooperativa através de meios formais e outros menos formais. A África do Sul formalizou intensamente, por lei, a participação das autoridades locais na governação cooperativa. A Constituição estabelece princípios de governo cooperativo. Exige que estruturas intergovernamentais sejam estabelecidas e que a legislação seja adoptada para dar mais ímpeto ao governo cooperativo. A legislação prevê o estabelecimento de várias plataformas formais onde diferentes níveis de governo possam envolver-se em questões de interesse comum.

O Zimbabwe e a Zâmbia também incluíram os princípios-chave da governação cooperativa nas suas constituições. Na maioria dos outros países africanos, o governo cooperativo é, em grande parte, um processo informal ou completamente ausente.

Quais são os mecanismos para um governo cooperativo?

Há uma série de mecanismos que foram estabelecidos para promover um governo cooperativo. Em geral, as autoridades locais se envolvem com o governo cooperativo de quatro formas principais:

a. Formas executivas de consulta

O poder executivo do governo frequentemente estabelece plataformas de consulta com o governo local sobre questões de interesse comum. Algumas destas plataformas se dedicam a áreas específicas de políticas, por exemplo, finanças, água, transportes e questões de saúde. Outras lidam com o governo local no geral. As autoridades locais fazem uso destas plataformas para influenciar a tomada de decisões no nível central, incluindo questões como a partilha das receitas geradas à nível nacional e pelos diversos níveis de governo.



b. Fóruns legislativos

Por vezes, há oportunidades para o governo local organizado influenciar o processo de elaboração da lei a nível central. Na África do Sul, o governo local organizado tem um assento sem direito a voto na segunda Câmara do Parlamento. Além disso, a legislação que afecta o governo local não pode ser aprovada sem consultar o governo local organizado. Em outros países, o governo local organizado é convidado caso a caso para fornecer contribuições e comentários sobre projetos de lei.







c. Acordos entre níveis de governo e entre autoridades locais

Outro meio de estimular a governação cooperativa concretiza-se através de acordos entre níveis de governo e entre as autoridades locais. Estes acordos são concebidos para facilitar melhor coordenação de funções governamentais e para proporcionar formas de resolução de potencias disputas entre governos em diferentes níveis.

d. O papel de um ministério nacional responsável pelo governo local.

A maioria dos países tem um ministério ou agência nacional que é responsável pelo governo local. O ministério é frequentemente encarregue de facilitar o envolvimento do governo local na governação cooperativa. Em alguns países, este ministério tem funcionários colocados a nível provincial/regional e local para coordenar a resposta do governo central em relação às autoridades locais, e vice-versa.



A prática do governo cooperativo

Na prática, as autoridades locais normalmente não participam na governação cooperativa como outros níveis de governo participam. Isto ocorre independentemente de como o estado é estruturado, ou seja, se é federal, quase federal ou unitário. A relação com o governo local muitas vezes é predominantemente de cima para baixo e definida pelo principal objectivo, que é o de garantir a implementação efectiva de leis e políticas nacionais a nível local. O ambiente político muitas vezes dificulta a promoção de uma cultura de respeito mútuo, tolerância, igualdade, partilha de informações, consulta e transparência entre todos os níveis de governo.







